







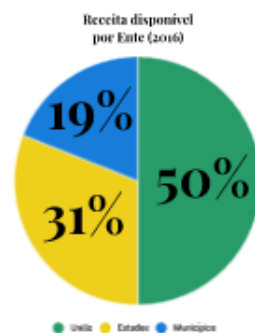
A CNM defende a regulamentação do pacto federativo brasileiro, pois a autonomia conquistada na Constituição Federal de 1988 até hoje é atacada diariamente. É preciso regulamentar as competências do art. 23 e, assim, definir quais são as competências de cada um dos Entes da Federação.

Entre os principais problemas desta relação estão as transferências federais discricionárias – convênios – Contratos de Repasse entre a União e os Municípios.

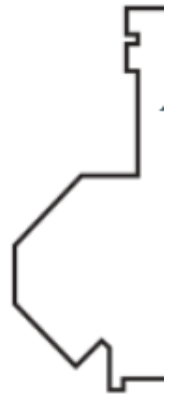
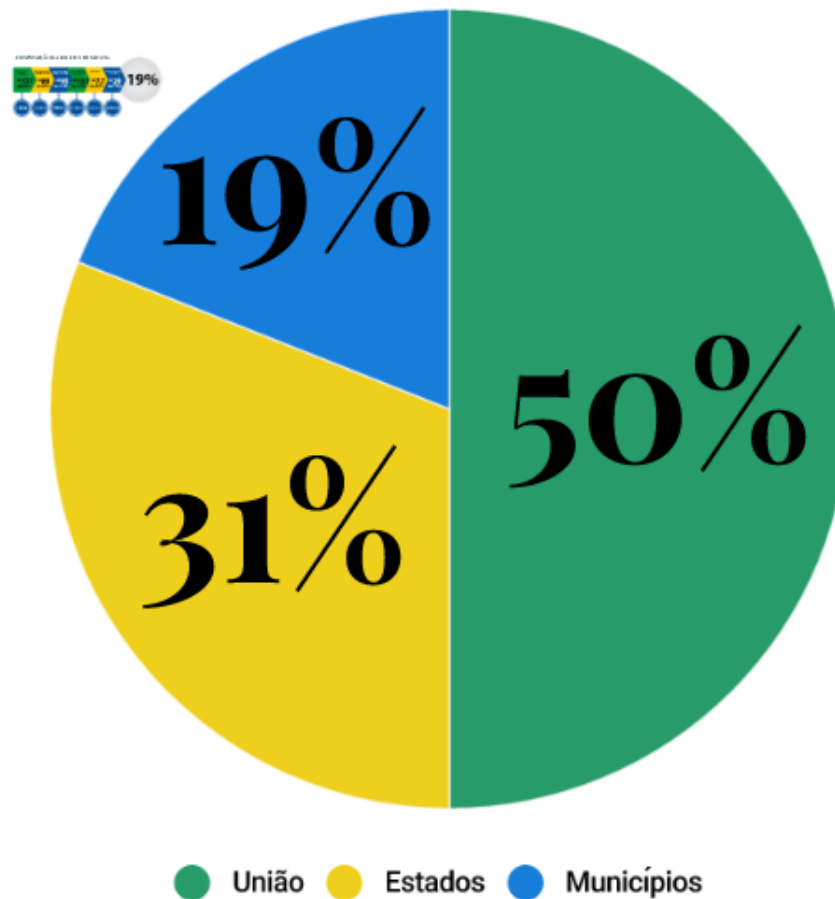
A CNM defende a regulamentação do pacto federativo brasileiro, pois a autonomia conquistada na Constituição Federal de 1988 até hoje é atacada diariamente. É preciso regulamentar as competências do art. 23 e, assim, definir quais são as competências de cada um dos Entes da Federação.

Entre os principais problemas desta relação estão as transferências federais discricionárias – convênios – Contratos de Repasse entre a União e os Municípios.

BOLO TRIBUTÁRIO



Receita disponível por Ente (2016)



COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL



O RELACIONAMENTO FEDERATIVO

Alta competência em Brasília

Baixa informação no interior



*Parceria com descentralização.
Preocupação de evitar desperdício*

*Desconcentração sem autonomia,
com controle excessivo.
Preocupação de manter os serviços.*

QUE RELAÇÃO É ESSA?

Alta competência em Brasília

Baixa informação no interior



*Parceria com descentralização.
Preocupação de evitar desperdício*

*Desconcentração sem autonomia,
com controle excessivo.
Preocupação de manter os serviços.*

**QUE RELAÇÃO
É ESSA?**

FORMULAÇÃO

MODELO DE CIMA PARA BAIXO

- Baixa flexibilidade às disparidades regionais
- Sem garantias de posterior aprovação
- Sem critérios republicanos

NOVAS ESTRUTURAS

- Novos compromissos exigem novas estruturas
- Exigem conselhos, novas secretarias
- Ampliação de equipes

COMPETÊNCIA

- Falta de regulamentação
- Municípios gastam 10% das receitas
- A proposta da CNM é avaliar os programas com maior ou menor aderência à competência constitucional



FORMULAÇÃO

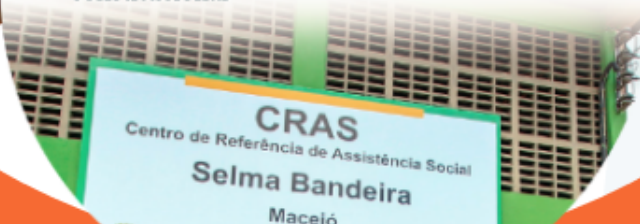
MODELO DE CIMA PARA BAIXO

- Baixa flexibilidade às disparidades regionais
- Sem garantias de posterior aprovação
- Sem critérios republicanos



COMPETÊNCIA

- Falta de regulamentação
- Municípios gastam 10% das receitas
- A proposta da CNM é avaliar os programas com maior ou menor aderência à competência constitucional



NOVAS ESTRUTURAS

- Novos compromissos exigem novas estruturas
- Exigem conselhos, novas secretarias
- Ampliação de equipes



MODELO DE CIMA PARA BAIXO

- Baixa flexibilidade às disparidades regionais
- Sem garantias de posterior aprovação
- Sem critérios republicanos

COMPETÊNCIA

- Falta de regulamentação
- Municípios gastam 10% das receitas
- A proposta da CNM é avaliar os programas maior ou menor aderência à competência constitucional

garantias de posterior aprovação

serviços republicanos

- Ampliação de equipes

COMPETÊNCIA

- Falta de regulamentação
- Municípios gastam 10% das receitas
- A proposta da CNM é avaliar os programas com maior ou menor aderência à competência constitucional

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

CRAS
Centro de Referência de Assistência Social
Selma Bandeira
Maceió

PREFEITURA DE MACEIÓ
PREFEITURA DE MACEIÓ
ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUAS
PROGRAMA DE
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome
BRASIL

NOVAS ESTRUTURAS

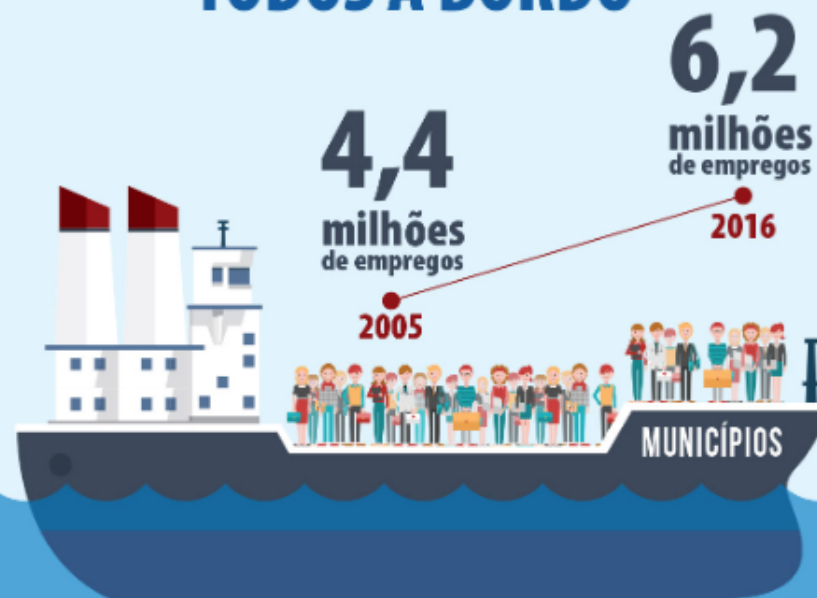
- Novos compromissos exigem novas estruturas
- Exigem conselhos, novas secretarias
- Ampliação de equipes

COMPETÊNCIA

regulamentação
ios gastam 10% das receitas
sta da CNM é avaliar os programas com
t menor aderência à competência
cional



TODOS A BORDO



A transferência de atribuições de outros entes fez os gastos com pessoal das prefeituras crescerem 38% em 11 anos.

Municípios não possuem recursos suficientes para devolver os investimentos nas UPA



GESTÃO

BUROCRACIA

- O tempo médio da fase preliminar: 500 dias
- 2.500 a 4.000 Municípios inscritos no Cauce
- Falta de padronização documental
- Por vezes, o valor de R\$ 150 mil em programas que chega aos Municípios representa custos federais de R\$ 450 mil



LIMITE DE PESSOAL

- Não se adere a programas sem contratação de pessoas
- Grande insegurança jurídica



PRESTAÇÃO DE CONTAS

- A existência de diversos instrumentos não se justifica
- Apenas 8% das Transferências Legais e Voluntárias estão no Siconv
- “Necropsia” após a finalização dos prazos
- Erros impactam o recebimento de recursos



GESTÃO

BUROCRACIA

- O tempo médio da fase preliminar: 500 dias
- 2.500 a 4.000 Municípios inscritos no Cauce
- Falta de padronização documental
- Por vezes, o valor de R\$ 150 mil em programas que chega aos Municípios representa custos federais de R\$ 450 mil



LIMITE DE PESSOAL

- Não se adere a programas sem contratação de pessoas
- Grande insegurança jurídica



Quais fatores podem ser alterados pela função pública?

- M.S. - processo seletivo
- E.M. - avaliação de desempenho, produtividade e qualidade
- S.M. - avaliação de desempenho, produtividade e qualidade
- C.M. - avaliação de desempenho, produtividade e qualidade
- S.M. - avaliação de desempenho, produtividade e qualidade
- E.M. - avaliação de desempenho, produtividade e qualidade

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- A existência de diversos instrumentos não se justifica
- Apenas 8% das Transferências Legais e Voluntárias estão no Siconv
- “Necropsia” após a finalização dos prazos
- Erros impactam o recebimento de recursos



PRESTAÇÃO DE CONTAS

- A existência de diversos instrumentos não se justifica
- Apenas 8% das Transferências Legais e Voluntárias estão no Siconv
- “Necropsia” após a finalização dos prazos
- Erros impactam o recebimento de recursos

MITES DE PESSOAL

ere a programas sem contratação de

confirmação imediata

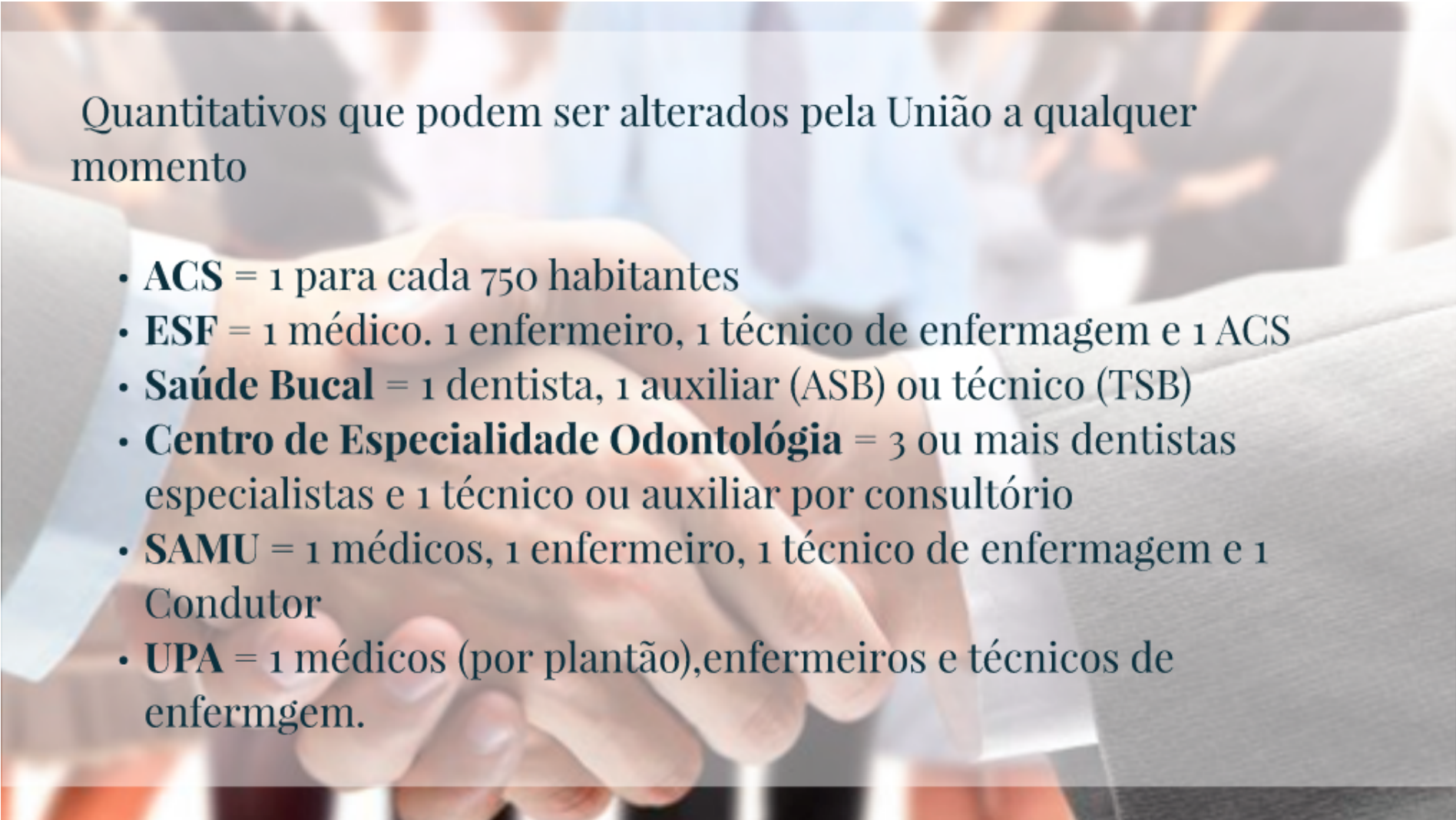
ta custos federais de R\$ 450 mil

LIMITE DE PESSOAL

- Não se adere a programas sem contratação de pessoas
- Grande insegurança jurídica

Quantitativos que podem ser alterados pela União a qualquer momento

- ACS = 1 para cada 750 habitantes
- ESF = 1 médico, 1 enfermeiro, 1 técnico de enfermagem e 1 ACS
- Saúde Bucal = 1 dentista, 1 auxiliar (ASB) ou técnico (TBS)
- Centro de Especialidade Odontológica = 3 ou mais dentistas especialistas e 1 técnico ou auxiliar por consultório
- SAMU = 1 médicos, 1 enfermeiro, 1 técnico de enfermagem e 1 Condutor
- UPA = 1 médicos (por plantão), enfermeiros e técnicos de enfermagem.



Quantitativos que podem ser alterados pela União a qualquer momento

- **ACS** = 1 para cada 750 habitantes
- **ESF** = 1 médico, 1 enfermeiro, 1 técnico de enfermagem e 1 ACS
- **Saúde Bucal** = 1 dentista, 1 auxiliar (ASB) ou técnico (TSB)
- **Centro de Especialidade Odontologia** = 3 ou mais dentistas especialistas e 1 técnico ou auxiliar por consultório
- **SAMU** = 1 médicos, 1 enfermeiro, 1 técnico de enfermagem e 1 Condutor
- **UPA** = 1 médicos (por plantão), enfermeiros e técnicos de enfermagem.

BUROCRACIA

- O tempo médio da fase preliminar: 500 dias
- 2.500 a 4.000 Municípios inscritos no Caud
- Falta de padronização documental
- Por vezes, o valor de R\$ 150 mil em programas que chega aos Municípios representa custos federais de R\$ 450 mil

LIMITE DE PESSO.

- Não se adere a programas sem cont pessoas

FINANCIAMENTO

SUBFINANCIAMENTO

- Ofertas de verbas sem calcular os custos reais
- A cada R\$1 recebido, o Município investe R\$3
- Sistemas de gestão de riscos: Êxitos e Realidade Municipal, além do banco de projetos



DEFASAGEM INFLACIONÁRIA

- O Estratégia Saúde da Família, passados dez anos, já acumulam perda 88%
- Defasagem em somente 5 programas.
- A EC 95/2016, do teto de gastos, agravará o problema



RESTOS A PAGAR / OBRAS INACABADAS

- Programas financiados por emendas
- Os RAP somam **R\$ 27 bi** (OGU/2017), menos de 25% foram pagos
- A CEF estima que mais de **R\$20 bi** estão parados nas contas de transferências federais
- **8.239** obras paralisadas
- **11.252** obras não iniciadas



FINANCIAMENTO

SUBFINANCIAMENTO

- Ofertas de verbas sem calcular os custos reais
- A cada R\$1 recebido, o Município investe R\$3
- Sistemas de gestão de riscos: Êxitos e Realidade Municipal, além do banco de projetos



DEFASAGEM INFLACIONÁRIA

- O Estratégia Saúde da Família, passados dez anos, já acumulam perda 88%
- Defasagem em somente 5 programas.
- A EC 95/2016, do teto de gastos, agravará o problema



RESTOS A PAGAR / OBRAS INACABADAS

- Programas financiados por emendas
- Os RAP somam **R\$ 27 bi** (OGU/2017), menos de 25% foram pagos
- A CEF estima que mais de **R\$20 bi** estão parados nas contas de transferências federais
- **8.239** obras paralisadas
- **11.252** obras não iniciadas



SUBFINANCIAMENTO

- Ofertas de verbas sem calcular os custos reais
- A cada R\$1 recebido, o Município investe R\$3
- Sistemas de gestão de riscos: Êxitos e Realidade Municipal, além do banco de projetos



DEFASAGEM INFLACIONÁRIA

- O Estratégia Saúde da Família, por anos, já acumulam perda **88%**
- Defasagem em somente 5 programas
- A EC 95/2016, do teto de gastos, agravou o problema

Custo médio da
merenda por dia:

R\$ 4,50



Repasse por dia

R\$ 0,36

Custo médio por
equipe da ESF:

R\$ 48.000



Repasse por equipe:

R\$ 7.130 a
R\$ 10.695

Custo médio do
transporte escolar:

R\$ 114,00



R\$ 12,00
por mês para o
transporte?

Prêmio SEPLAN de Monografias 2017

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP - 01-2017

OBJETO: Estimular a pesquisa na área de planejamento governamental, avaliação de políticas públicas e reformas econômicas voltadas a aumentar a competitividade dos diversos setores econômicos brasileiros e potencializar o crescimento do país por meio do aumento da produtividade.

QUALIFICAÇÃO:
Proposta Voluntária

PRAZO PARA SUBMISSÃO DE PROJETOS:
31/10/2017 - 6 DIAS
Situação da oportunidade: Disponível

RECURSOS A APORTAR



Versão completa

Anotações

Acompanhar

Chamamento Público MS- SCTIE-Decit/ MCTIC-SEPEDDEPPD/ CNPq - Prospecção de ensaios clínicos e pré-clínicos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - 14-2017

OBJETO: Identificar ensaios pré-clínicos concluídos, ou em fase de conclusão, e ensaios clínicos fases I, II ou I/II, em andamento ou finalizados, que apresentem potencial de desenvolvimento de tecnologias em saúde estratégicas para o SUS e que contribuam com o complexo industrial da saúde, para eventual financiamento.

QUALIFICAÇÃO:
Proposta Voluntária

PRAZO PARA SUBMISSÃO DE PROJETOS:
10/11/2017 - 16 DIAS
Situação da oportunidade: Disponível

RECURSOS A APORTAR



Dúvidas?
Contate-nos

de gestão de riscos: Êxitos e
e Municipal, além do banco de



DEFASAGEM INFLACIONÁRIA

- O Estratégia Saúde da Família, passados dez anos, já acumulam perda **88%**
- Defasagem em somente 5 programas.
- A EC 95/2016, do teto de gastos, agravará o problema



- A CEF estima que mais de **R\$** parados nas contas de transfe
- **8.239** obras paralisadas
- **11.252** obras não iniciadas



RESTOS A PAGAR / OBRAS INACABADAS

- Programas financiados por emendas
- Os RAP somam **R\$ 27 bi** (OGU/2017), menos de 25% foram pagos
- A CEF estima que mais de **R\$20 bi** estão parados nas contas de transferências federais
- **8.239** obras paralisadas
- **11.252** obras não iniciadas

ASAGEM CIONÁRIA

da Família, passados dez
perda **88%**
ente 5 programas.
o de gastos, agravará o



INSTITUCIONALIZAÇÃO

NORMATIZAÇÃO

- Grande parte dos Programas Federais não estão previstos em lei
- Apresentam regulamentações infralegais
- Falta de Governança
- Portaria das mandatárias



IMPROBIDADE / JUDICIALIZAÇÃO

- Dados do CNJ demonstram que 1 a cada 2 prefeitos são condenados por improbidade
- Incapacidade de contratar todos os funcionários
- Ações de Judicialização dificultam o planejamento dos custos
- Elevada dependência das transferências federais



DEVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS

- Sistemas desconexos entre pagamento e controle das condicionantes
- Inflexibilidade quanto ao uso dos equipamentos
- Elevada dependência das transferências federais
- Dificuldades principalmente nos atrasos dos programas federais
- Não é mais possível coibir a entrega de programas



INSTITUCIONALIZAÇÃO

NORMATIZAÇÃO

- Grande parte dos Programas Federais não estão previstos em lei
- Apresentam regulamentações infralegais
- Falta de Governança
- Portaria das mandatárias



DEVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS

- Sistemas desconexos entre pagamento e controle das condicionantes
- Inflexibilidade quanto ao uso dos equipamentos
- Elevada dependência das transferências federais
- Dificuldades principalmente nos atrasos dos programas federais
- Não é mais possível cobrar a entrega de programas

Programa PMA - 17 mil km² de território que se estende desde o Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro. Não há como cobrar a entrega de programas federais.



IMPROBIDADE / JUDICIALIZAÇÃO

- Dados do CNJ demonstram que 1 a cada 2 prefeitos são condenados por improbidade
- Incapacidade de contratar todos os funcionários
- Ações de judicialização dificultam o planejamento dos custos
- Elevada dependência das transferências federais



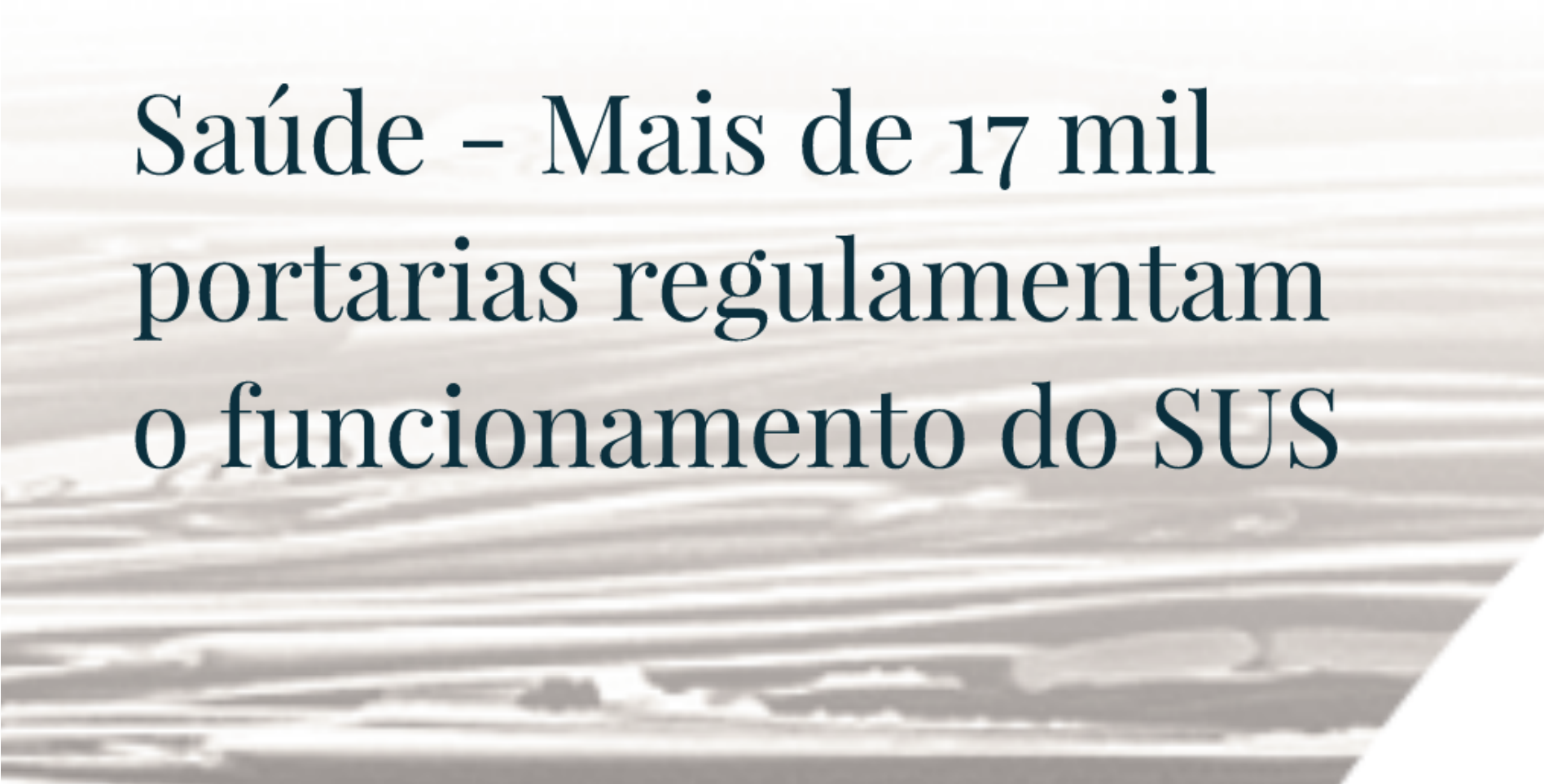
NORMATIZAÇÃO

- Grande parte dos Programas Federais não estão previstos em lei
- Apresentam regulamentações infralegais
- Falta de Governança
- Portaria das mandatárias



DEVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS

- Sistemas desconexos entre pagamento e cont condicionantes
- Inflexibilidade quanto ao uso dos equipamentos
- Elevada dependência das transferências federais
- Dificuldades principalmente nos atrasos dos pagamentos



Saúde – Mais de 17 mil portarias regulamentam o funcionamento do SUS

Saúde - Mais de 17 mil portarias regulamentam o funcionamento do SUS

DEVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS

- Sistemas desconexos entre pagamento e controle das condicionantes
- Inflexibilidade quanto ao uso dos equipamentos
- Elevada dependência das transferências federais
- Dificuldades principalmente nos atrasos dos programas federais
- Não é mais possível cobrar a entrega de programas

Crédito Foto - OSM tem unidades que não são municípios que aderiram o Crédito Foto é o mesmo programa federal. Porém, não podem utilizar este recurso para programas estaduais.

- planejamento dos custos
- Elevada dependência das transferên

Criança Feliz – CNM tem estimulado que os 2600 Municípios que aderiram o Criança Feliz devolvam o programa federal. Todavia, não podem utilizar estes recursos para programas anteriores.

IMPROBIDADE / JUDICIALIZAÇÃO

- Dados do CNJ demonstram que 1 a cada 2 prefeitos são condenados por improbidade
- Incapacidade de contratar todos os funcionários
- Ações de Judicialização dificultam o planejamento dos custos
- Elevada dependência das transferências federais

DEVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS

esconexos entre pagamento e controle das
ntes
adade quanto ao uso dos equipamentos
pendência das transferências federais
es principalmente nos atrasos dos programas





